

1. Cenário

Data de Referência: 31/01/2022									
Variação dos Índices e Subíndices do Grupo IMA, CDI e Índices da Bovespa									
Indicador	D% U36M	D% U24M	D% U12M	D% Ano	D% Mês	D% Semana	D% Dia	Índice/Taxa Atual	
IMA-Geral	18,3449	18,3449	5,9409	1,4173	1,4173	0,2488	0,0369	0,0843	6.328,0095
IMA-Geral ex-C	17,0633	17,0633	5,0294	1,1556	1,1556	0,1384	0,0281	0,0828	6.208,8233
IMA-B			- 1,1474	- 1,1474	- 0,6868	- 0,0853	0,1007		7.966,5268
IMA-B 5	26,3648	26,3648	12,4626	4,5726	4,5726	0,1604	0,1817	0,0821	7.300,8553
IMA-B 5+	19,6512	19,6512	- 3,2650	- 6,4736	- 6,4736	- 1,5592	0,0145	0,2904	9.267,5191
IMA-C	- 16,5935	- 16,5935	- 28,9867	- 37,0423	- 37,0423	- 53,8682	- 53,8954	- 53,3670	4.803,7357
IMA-S	13,9331	13,9331	7,6707	5,3009	5,3009	0,8620	0,1978	0,0366	5.046,4935
IRF-M	15,4529	15,4529	3,5766	- 1,2786	- 1,2786	- 0,0388	0,1019	0,1324	14.140,3756
IRF-M 1	14,2114	14,2114	7,0893	3,5287	3,5287	0,6689	0,0018	0,0322	12.061,6024
IRF-M 1+	15,7670	15,7670	1,3848	- 4,1273	- 4,1273	- 0,4544	0,1705	0,2013	15.586,8710
CDI	42,9688	42,9688	120,4819	381,5789	381,5789	-	-	-	9,1500
IDKa IPCA 2	25,8250	25,8250	13,5844	4,5599	4,5599	0,1044	0,4113	0,0914	6.872,1174
Ibovespa	15,8988	16,1406	- 2,9296	- 4,5730	- 4,5730	6,9843	3,8971	0,2086	112.143,5100
IBRX-100	20,4615	20,4615	- 1,8797	- 4,1909	- 4,1909	6,8213	3,5943	0,0532	93,9600
IDIV	30,8896	30,8896	- 0,0966	4,0423	4,0423	7,4729	5,5459	1,1382	6.825,0000
IFIX	16,1711	16,1711	- 9,7245	- 3,4085	- 3,4085	- 0,9937	0,8165	0,2534	2.776,9200
Small Caps	27,1702	27,1702	- 15,7265	- 12,4153	- 12,4153	3,4157	8,3618	2,5761	2.446,0300
Dólar EUA	31,1762	31,1762	0,6983	- 1,0553	- 1,0553	- 5,8111	- 2,5525	- 1,1420	5,3066

Tabela 1: Variação dos principais índices do mercado doméstico;
Fonte: Broadcast; Elaboração: DIRIN/IPREV.

O ano começa com uma nova postura do FED (Banco Central americano) sinalizado pela alta de juros. Tal medida impacta diretamente economias emergentes, especialmente, o Brasil. Nos Estados Unidos, obteve-se inflação acima da métrica aceitável (4,5% em novembro/2021, contra à flexibilidade aceitável de 2%a.a.). Há ainda a redução do programa de compra de ativos. Lá, sinaliza-se para mudança de postura em março de 2022. Há a expectativa de três altas de 0,25 ponto percentual durante 2022. Portanto, há o diminuição da liquidez; por conseguinte, ativos de riscos sofrem (países emergentes).

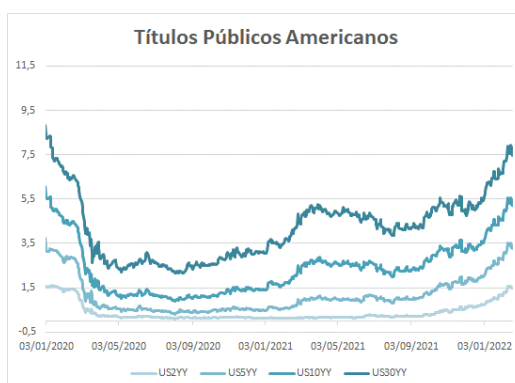


Gráfico 1: Variação dos treasuries americanos
Fonte: Broadcast; Elaboração: DIRIN/IPREV.

Luiz Fernando¹ alerta sobre a preocupação do mercado com a agenda fiscal e incertezas políticas:

Os mercados começam este ano temerosos em relação aos movimentos do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). A pergunta relevante é qual será o impacto da alta de juros para países emergentes e, em especial, para o Brasil. Antes disso, é importante ter em mente qual é o cenário econômico nos EUA.

A métrica preferida de inflação do Fed, o core PCE, que exclui alimentos e energia, estava rodando em 4,5% na leitura de novembro, bem acima da meta flexível de 2%. Outras medidas de núcleo, como as médias aparadas do Fed de Dallas, também mostram uma inflação rodando acima da meta, 2,8% em novembro. Além disso, os EUA são um destaque positivo em crescimento nos países desenvolvidos, com a taxa de desemprego rodando em 4,2% no mês de novembro, praticamente na taxa de longo prazo estimada pelo Fed de 4,0%. Com o mercado de trabalho aquecido, já vemos forte pressão de salários - o ECI, métrica de custos para o empregador, mostrou a alta mais forte em 20 anos no terceiro trimestre. Dessa forma, faz sentido que o Fed mude a postura da política monetária para contracionista, ou seja, precise apertar as condições financeiras.

No final do ano passado, o Fed já começou a reduzir o programa de compra de ativos (tapering), mas isso não foi suficiente para apertar as condições financeiras, que seguem em nível bastante estimulativo. No começo deste ano, o Fed vai acelerar o tapering com o objetivo de finalizá-lo em março, quando se discute a possibilidade de primeira alta de juros. A expectativa é de três altas de 0,25 ponto percentual ao longo do ano. Além das altas de juros, o banco central americano também sinalizou a possibilidade de reduzir seu balanço, o que implica em um enxugamento adicional de liquidez.

Vale notar que essa é uma postura responsável da autoridade monetária americana com o objetivo de não perder o controle da dinâmica inflacionária, que seria um cenário muito pior. Naturalmente, com o enxugamento de liquidez, ativos de risco tendem a sofrer, entre eles, os países emergentes, como o Brasil. No último ciclo de aperto monetário americano, tanto bolsas como moedas emergentes sentiram o movimento de alta de juros, mas recuperaram as perdas numa janela de três meses após o início do aperto. No último ano, ativos emergentes sofreram com os impactos da pandemia, a inflação elevada e a necessidade de aperto monetários dos bancos centrais. As moedas emergentes depreciaram cerca de 9%, enquanto as bolsas caíram cerca de 5%. Vale notar que muitos desses países, com exceção da Turquia, já endereçaram corretamente o problema da inflação e devem colher resultados ao longo deste ano. A taxa de juros maior é também uma forma de aumentar a atratividade da moeda, evitando uma depreciação maior ante o aumento dos juros americanos. Desta forma, desde que o Fed não seja muito duro, o que poderia trazer um risco maior de recessão, ativos emergentes não deveriam sentir tanto como no último ano.

Já o Brasil tem sofrido mais que seus pares emergentes, o que indica que nosso país tem se prejudicado mais pelas idiossincrasias domésticas, como a crise institucional ou os temores fiscais de ruptura do teto de gastos, do que pelo

¹ FIGUEIREDO, Luiz Fernando. O impacto do FED no Brasil. Disponível em: Broadcast. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

cenário global. Além disso, os ativos brasileiros já estão bastante depreciados, independentemente das ações do Fed, pois os investidores estão cobrando um prêmio elevado por conta da incerteza política e fiscal.

No caso, a dúvida é se o próximo presidente respeitará o teto de gastos e indicará uma política fiscal condizente com uma queda do endividamento público. Naturalmente, se o Fed tiver que ser muito mais agressivo no enxugamento de liquidez, é razoável que o Brasil sofra como os demais ativos emergentes. Mas se seguirmos no cenário base de três altas de juros apenas, é possível vislumbrar até uma melhora dos ativos locais caso tenhamos alguma sinalização de uma agenda econômica responsável dos nossos presidentes.

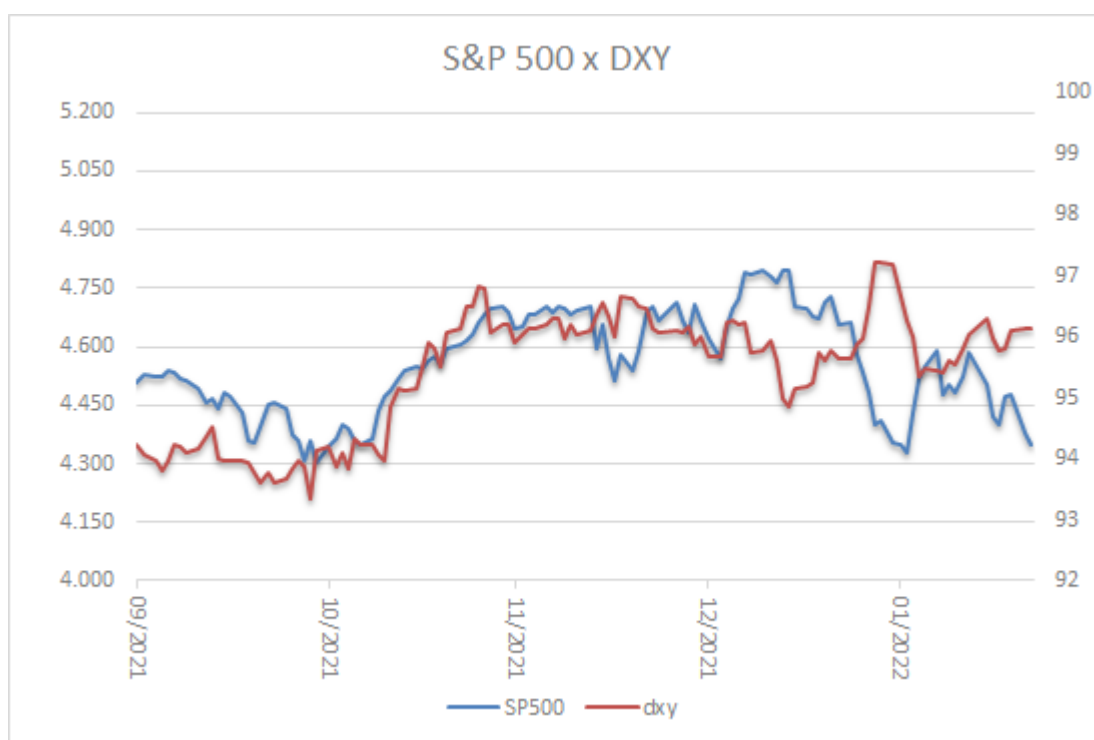


Gráfico 2: Standard and poor's 500 index versus DXY (índice do Dólar americano)
Fonte: Broadcast; Elaboração: DIRIN/IPREV.

Porém, contrapondo tal leitura, com economia interna desacelerando, juros em subida com o temor da inflação, cenário político; a bolsa interna voltou a performar positivamente (6,98%.a.m), com injeção de recursos estrangeiro (queda de 5,8% no dólar). Tais fatos auxiliam a carteira interna (IBOV, IDIV, IFIX) e inversamente dificultam (BDR e FIE). O fator advém da alta do petróleo em consequência da ameaça russa à Ucrânia, impactando positivamente na precificação de alguns ativos com peso maior no IBOV. É possível perceber a correção entre IBOV X Dólar com o fluxo de migração do investidor estrangeiro. Porém, vale esclarecer que o quadro é pontual e, na leitura de parte do mercado, persiste o temor de inflação americana, alta de juros americano e busca de ativos com maior segurança.

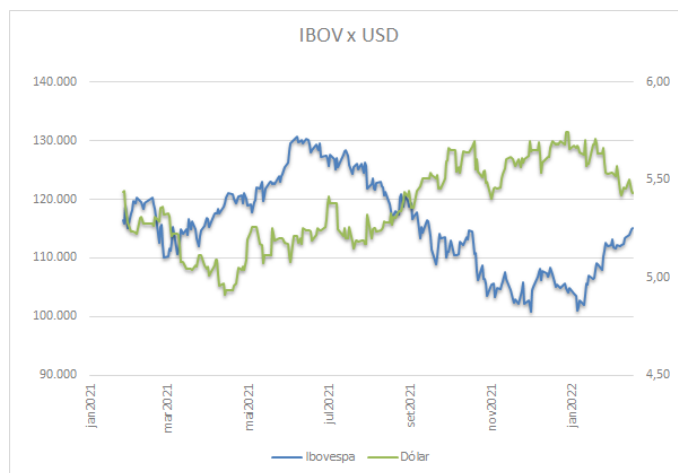


Gráfico 3: Índice Ibovespa x USDBRL
Fonte: Broadcast; Elaboração: DIRIN/IPREV.

As expectativas do mercado mantem para 2022 o mesmo quadro do final do ano: PIB revisto para baixo, inflação para cima, SELIC em subida:

Mediana - Agregado	2022								2023							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***		
IPCA (variação %)	5,03	5,15	5,38	▲ (3)	140	5,45	109	3,41	3,40	3,50	▲ (1)	131	3,50	108		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,36	0,29	0,30	▲ (1)	95	0,32	58	1,80	1,69	1,55	▼ (2)	77	1,50	51		
Câmbio (R\$/US\$)	5,60	5,60	5,60	= (5)	117	5,60	76	5,40	5,50	5,50	= (1)	99	5,50	69		
Selic (% a.a.)	11,50	11,75	11,75	= (3)	130	11,88	94	8,00	8,00	8,00	= (8)	116	8,00	88		
IGP-M (variação %)	5,49	6,54	6,99	▲ (4)	85	6,95	57	4,00	4,02	4,03	▲ (2)	75	4,00	53		
IPCA Administrados (variação %)	4,61	4,74	5,10	▲ (1)	81	5,23	58	3,97	3,99	3,98	▼ (1)	68	4,00	53		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-21,59	-24,25	-23,43	▲ (1)	24	-22,96	10	-27,50	-31,12	-34,73	▼ (2)	17	-34,73	9		
Balança comercial (US\$ bilhões)	55,00	56,00	57,20	▲ (1)	22	61,90	8	51,00	50,65	51,00	▲ (1)	16	52,50	8		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	58,05	58,00	60,00	▲ (1)	23	60,00	11	70,00	70,00	70,00	= (6)	18	70,18	11		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,00	62,48	62,35	▼ (2)	24	62,20	5	65,20	66,00	66,42	▲ (1)	19	66,21	4		
Resultado primário (% do PIB)	-1,05	-0,94	-1,00	▼ (1)	29	-0,97	8	-0,70	-0,60	-0,65	▼ (1)	22	-0,60	7		
Resultado nominal (% do PIB)	-7,40	-8,00	-8,20	▼ (4)	23	-8,84	7	-6,50	-6,88	-7,35	▼ (1)	18	-7,17	6		

Tabela 2: Relatório de mercado - Expectativas de mercado;
Fonte: BCB;

Em janeiro, houve o temor de uma nova onda de variante do COVID-19. Porém com pouco reflexo nos mercados haja vista o ritmo acelerado de vacinação em todo o mundo.

Internamente, existem dois quadros, citados acima, risco político e pressão inflacionária. Sendo assim, conforme se analisará a seguir, em janeiro, buscaram-se ativos de menor risco, maior liquidez, atrelados à inflação.

2. Desempenho das Carteiras de Investimentos Administradas pela DIRIN

2.1 Fundo Solidário Garantidor (FSG)

A carteira de investimentos do FSG encerrou o mês de janeiro/2022 com rentabilidade negativa de R\$37milhões em janeiro, puxada principalmente pelos Fundos de Renda Variável com investimento no exterior (FIE e BDR). A seguir, a composição do FSG por *benchmarks*:

Benchmark		Valor	%		Rendimentos no Mês
Alocação Dinâmica	R\$	259.402.935,24	7,46%	R\$	1.499.208,96
BDR	R\$	53.441.120,83	1,54%	R\$	(8.466.050,96)
CDI	R\$	302.331.067,36	8,70%	R\$	2.114.548,64
Crédito Privado	R\$	104.907.320,05	3,02%	R\$	204.747,58
FIE	R\$	216.740.598,95	6,24%	R\$	(64.235.285,14)
FII	R\$	35.740.949,67	1,03%	R\$	(477.788,12)
FIP	R\$	60.189.092,33	1,73%	R\$	(332.495,50)
IBOVESPA	R\$	609.384.016,62	17,53%	R\$	35.699.861,28
IBX	R\$	28.973.987,33	0,83%	R\$	1.469.069,06
IDIV	R\$	28.318.036,99	0,81%	R\$	2.293.280,80
IDKA-IPCA 2A	R\$	691.778.198,02	19,91%	R\$	99.439,82
IMAB	R\$	34.287.183,22	0,99%	R\$	192.403,20
IMA-B 5	R\$	328.167.196,74	9,44%	R\$	304.431,25
Inflação	R\$	21.168.851,35	0,61%	R\$	241.396,76
IRFM	R\$	30.943.191,21	0,89%	R\$	211.521,22
IRF-M1	R\$	198.937.494,55	5,72%	R\$	1.210.447,32
Multimercados	R\$	28.325.238,09	0,82%	R\$	356.452,45
SMALL	R\$	17.222.324,01	0,50%	R\$	656.361,00
Título Público	R\$	425.121.000,14	12,23%	R\$	(10.247.442,92)
	R\$	3.475.379.802,70		R\$	(37.205.893,30)

Tabela 3: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em 2022; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Durante o ano de 2021, houve a diversificação do portfólio visando-se mitigar os riscos. A bolsa interna, contrariando o cenário global, rentabilizou R\$ 35,6 milhões. Com os Títulos Públicos, antecipou-se a subida da renda fixa, e as compras provar-se-ão promissoras, pois são mercados à mercado.

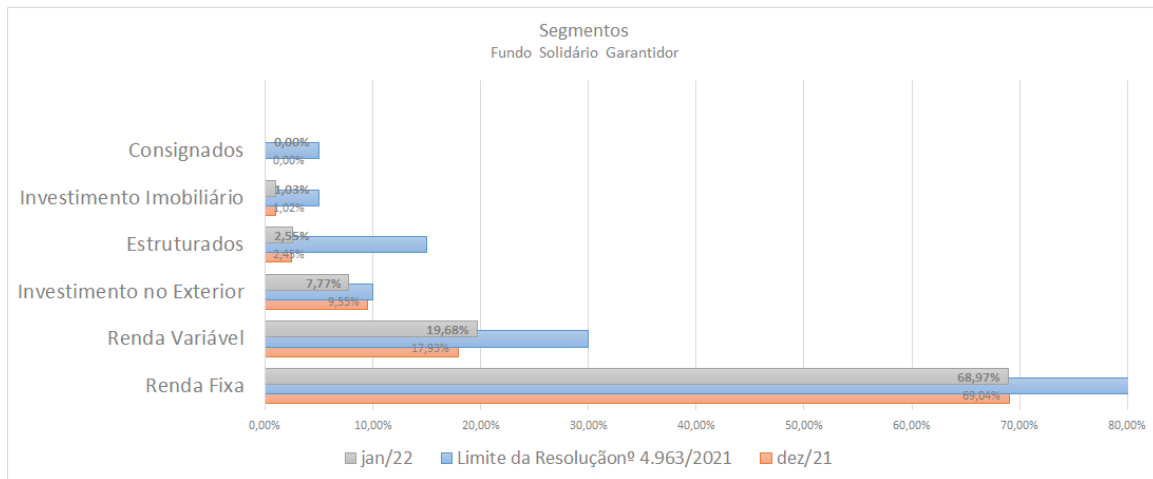


Gráfico 4: Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor com variação entre Dezembro e Janeiro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

No Gráfico 5, há a comparação entre dezembro/2021 e janeiro/2022 com os novos segmentos previstos na Resolução CMN nº 4.693/2021. Logo, cumpre-se integralmente aos limites de 30% x 70% previstos na Resolução citada e Política de Investimentos.

Classificações Fundo Solidário Garantidor

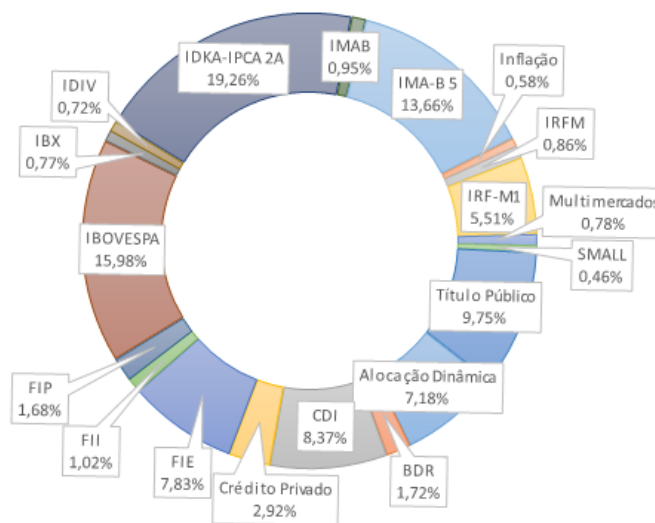


Gráfico 5: Composição da Carteira do FSG de janeiro/2022, Elaboração: DIRIN/IPREV.

A composição da carteira, conforme relatado acima, no ano de 2021, com mesmo ritmo em 2022, obteve nova configuração com a compra de títulos públicos. Ademais, buscou-se ao longo do exercício obedecer às diretrizes do Conselho Monetário Nacional, aos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) e às determinações da Política de Investimentos/2021. Vale ressaltar que a nova Resolução traz a divisão por segmentos (Gráfico 4) e em artigos; logo a Classificação do Gráfico 6 pormenoriza as divisões estabelecidas e auxilia, assim, visualmente, a composição da carteira.

Em janeiro, houve a compra de 20 mil títulos NTN-b com vencimento para 2050. Priorizou-se a liquidez neste momento de incerteza, conforme determinação do CIAR:

Determinação	Executado	Percentual
Realocação de IRF-M1/DI para IMAB5/IDKA 2/ alocação dinâmica a de até R\$ 200 milhões (5,3%);	R\$ 0,00	0%
Realocação de Fundos de Renda Fixa para Títulos Públicos Federais (NTN-B) de até R\$ 200 milhões (5,3%).	R\$ 81.658.629,70	40,8%
Realocação de IRF-M1/DI/Renda variável de até R\$ 100 milhões para fundo de Renda Variável, credenciados IPREV (2,67%).	R\$ 0,00	0%

Tabela 4: Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para janeiro/2022;
Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Tal execução afetou a distribuição entre títulos públicos e IMA-B5 nos meses de janeiro e dezembro. Quando nova arrecadação, houve a aplicação dos recursos oriundos dos dividendos (R\$ 40,3 milhões), pormenorizados no item dos ativos não-financeiro). Em síntese, a distribuição do Fundo Solidário Garantidor variou conforme gráfico abaixo:

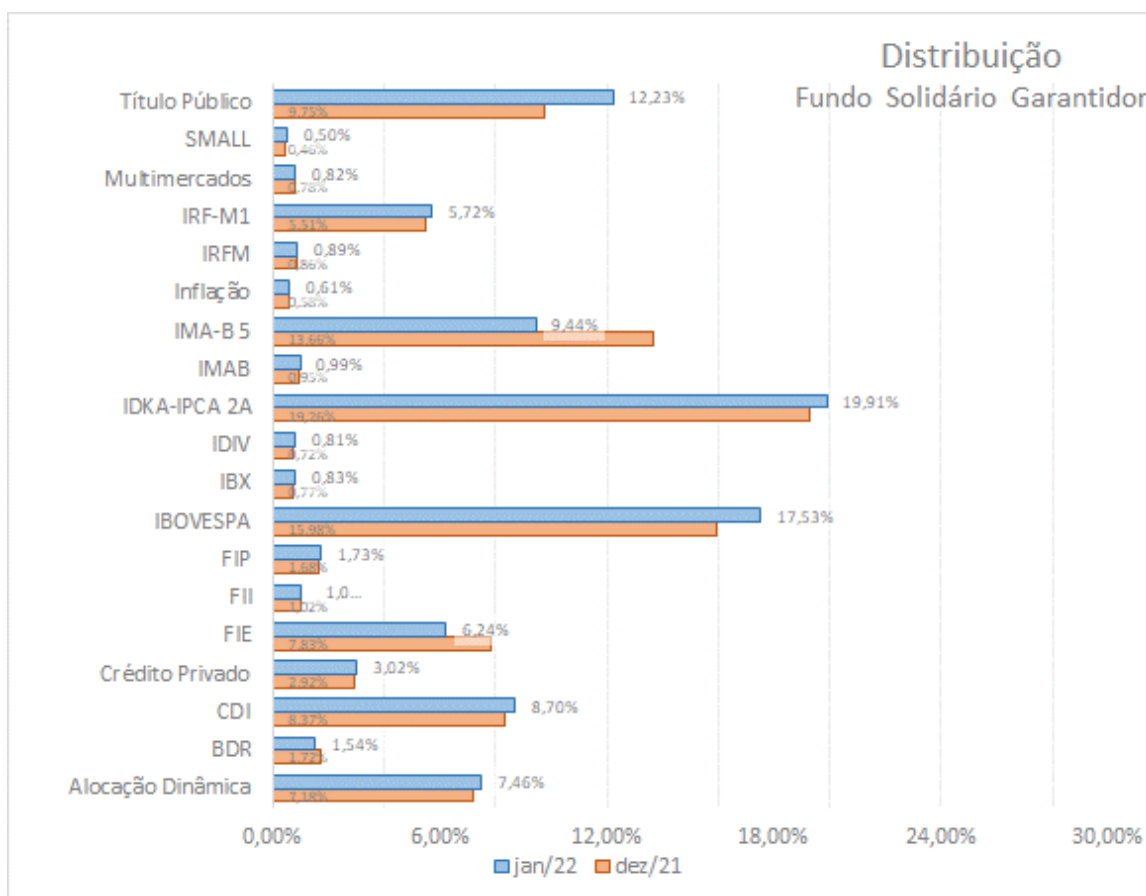


Gráfico 6: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em 2022, Comparando 2021 x 2022; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Com as dificuldades internas relatadas no item 1 – Cenário, a bolsa interna (IBOV) teve uma elevação no mês de janeiro, porém o cenário externo pesou sobremaneira. Vale ressaltar, que a liquidez da carteira manteve-se em nível “Muito alto” (d+1).

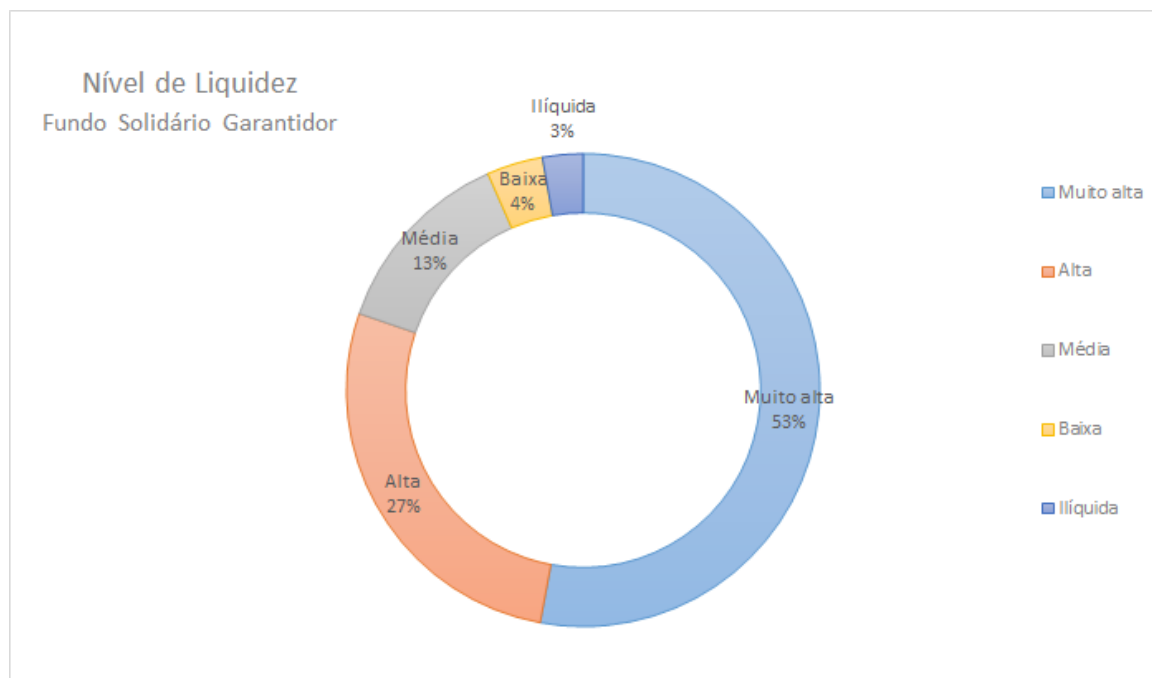


Gráfico 7: Nível de liquidez da Carteira do FSG de janeiro/2022, Elaboração: DIRIN/IPREV.

A posição do FSG está, em sua maioria, em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta (53%), enquanto os Fundos ilíquidos de apenas 3%. A liquidez “muito alta” concentra os fundos com resgate até 1 (um) dia útil. 27% em alta liquidez (entre 2 e 5 dias). Para a média liquidez (entre 5 e 15 dias), há 13% e baixa (16 e 60 dias) 4%. Na tabela abaixo, constam todos os fundos de investimentos com as respectivas rentabilidades durante o exercício.

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição em 31/01/2022
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 32.189,31	R\$ 334.239.343,58
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	R\$ 21.176,60	R\$ 81.258.803,44
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 760.310,82	R\$ 124.579.039,39
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 637.847,56	R\$ 112.788.641,41
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 192.403,20	R\$ 34.287.183,22
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 88.105,00	R\$ 114.788.964,86
BRB 2023 FI RENDA FIXA	R\$ 241.396,76	R\$ 21.168.851,35
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 1.812,40	R\$ 239.324,47
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 465.419,23	R\$ 59.608.623,42
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R\$ 1.376.139,60	R\$ 207.506.427,12
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 285.636,06	R\$ 149.871.887,56
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 450.136,50	R\$ 74.358.455,16
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA FIP MULTIESTRATÉGIA	(R\$ 2.920,00)	R\$ 0,00
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	R\$ 2.293.280,80	R\$ 28.318.036,99
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II FIP MULTIESTRATÉGIA	(R\$ 328.058,57)	R\$ 55.800.757,05
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	R\$ 465.081,87	R\$ 9.479.965,81
SPX APACHE FIC AÇÕES	R\$ 659.724,23	R\$ 14.068.708,20
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	(R\$ 80.476,85)	R\$ 48.649.370,47
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	R\$ 211.521,22	R\$ 30.943.191,21
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	R\$ 1.065.889,91	R\$ 17.704.607,94
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	R\$ 77.614,51	R\$ 11.691.310,98
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTIESTRATÉGIA	(R\$ 7.664,77)	R\$ 1.358.688,92
VENTURE BRASIL CENTRAL FIP CAPITAL SEMENTE	R\$ 6.147,84	R\$ 3.029.646,36
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	(R\$ 256.543,05)	R\$ 2.375.737,73

WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	(R\$ 8.209.507,91)	R\$ 51.065.383,10
SULAMÉRICA EVOLUTION FI MULTIMERCADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	R\$ 26.971,79	R\$ 588.464,37
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	R\$ 183.570,98	R\$ 23.648.516,61
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	R\$ 451,15	R\$ 7.020,14
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 210.948,47	R\$ 27.139.697,54
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 387.568,53	R\$ 50.356.724,35
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 333.337,94	R\$ 40.506.745,19
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	R\$ 356.452,45	R\$ 28.325.238,09
SIA CORPORATE FII - SAIC11B	(R\$ 13.841,50)	R\$ 19.837.633,20
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	(R\$ 205.946,62)	R\$ 6.004.316,47
RIO BRAVO RENDA VAREJO FII - RBVA11	(R\$ 258.000,00)	R\$ 9.899.000,00
BRADESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	R\$ 656.361,00	R\$ 17.222.324,01
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 123.069,36	R\$ 51.896.508,12
OCCAM FIC AÇÕES	R\$ 9.542.559,85	R\$ 155.861.540,80
GERAÇÃO FI AÇÕES	R\$ 1.930.435,56	R\$ 37.174.048,99
BRASIL PLURAL ESTRATÉGIA FIC AÇÕES	R\$ 809.344,83	R\$ 14.905.279,13
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	R\$ 11.167,04	R\$ 14.856.973,85
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	R\$ 3.163.531,17	R\$ 84.743.643,54
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	R\$ 1.158.627,39	R\$ 19.023.670,85
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 67.250,51	R\$ 357.538.854,44
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	R\$ 10.216.150,03	R\$ 158.920.819,26
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	(R\$ 9.807.614,50)	R\$ 77.663.026,32
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	(R\$ 54.427.670,64)	R\$ 139.077.572,63
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	R\$ 8.130.162,56	R\$ 125.880.234,92
Título Público	(R\$ 10.247.442,92)	R\$ 425.121.000,14

Tabela 5: Detalhamento do acumulado no mês de janeiro/2022 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro;

Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2022 é de IPCA + 1,06% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos (PI) de 2022. E, apesar da volatilidade, há maior concentração em renda fixa. No mês de janeiro/2022, a rentabilidade foi de -0,85% contra a meta de 0,63%.

Fundos Estruturados e Imobiliários

Em janeiro, para os fundos estruturados, ocorreu a reunião com o Sr. Rogério Maciel (da gestora Graphen Investimentos, responsável pela FIP Paraná). O sr. Rogério trouxe algumas informações, já constantes do processo de acompanhamento do Fundo (00413-00004650/2020-89), especialmente: a estratégia da gestora em buscar os imóveis das investidas através do IDPJ (incidente de desconsideração da personalidade jurídica) tornou-se frustrada no 1º grau. O escritório jurídico ingressará, no tempo pertinente, com o recurso para a 2ª instância para a satisfação do crédito em favor do Fundo de Investimento.

2.2 Fundo Financeiro

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento do Fundo Financeiro, o qual, cabe lembrar, é de **repartição simples, não possui referencial de rentabilidade para 2022** e possui seus recursos alocados em fundos de investimento de **baixo risco e elevada liquidez**:

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição 31/01/2022
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 1.449.715,03	R\$ 63.014.254,32
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 2.936,89	R\$ 381.590,02
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 0,00	
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 1.485,52	R\$ 191.119,67

Tabela 6: Detalhamento do acumulado no mês de janeiro/2022 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Considerando as aplicações realizadas houve rentabilidade de R\$ 1.454.137,44. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, houve impacto menor durante a crise.

2.3 Fundo Capitalizado

A carteira de investimentos do FC encerrou o mês de janeiro com rentabilidade negativa de R\$83 mil reais nominais. Seu referencial de rentabilidade para 2022 é de **IPCA + 2,6% aa.**

De forma diferenciada à proposta do FSG, o Fundo Capitalizado busca maior risco e retorno maior, pois tem passivo de longo prazo. Porém, visto que há a arrecadação ao longo do mês (diferente do FSG), buscou-se por diluir os recursos em fundos de investimentos de alta liquidez e livre de riscos em janeiro (principalmente CDI), conforme proposto pelo CIAR e em obediência à nova Resolução.

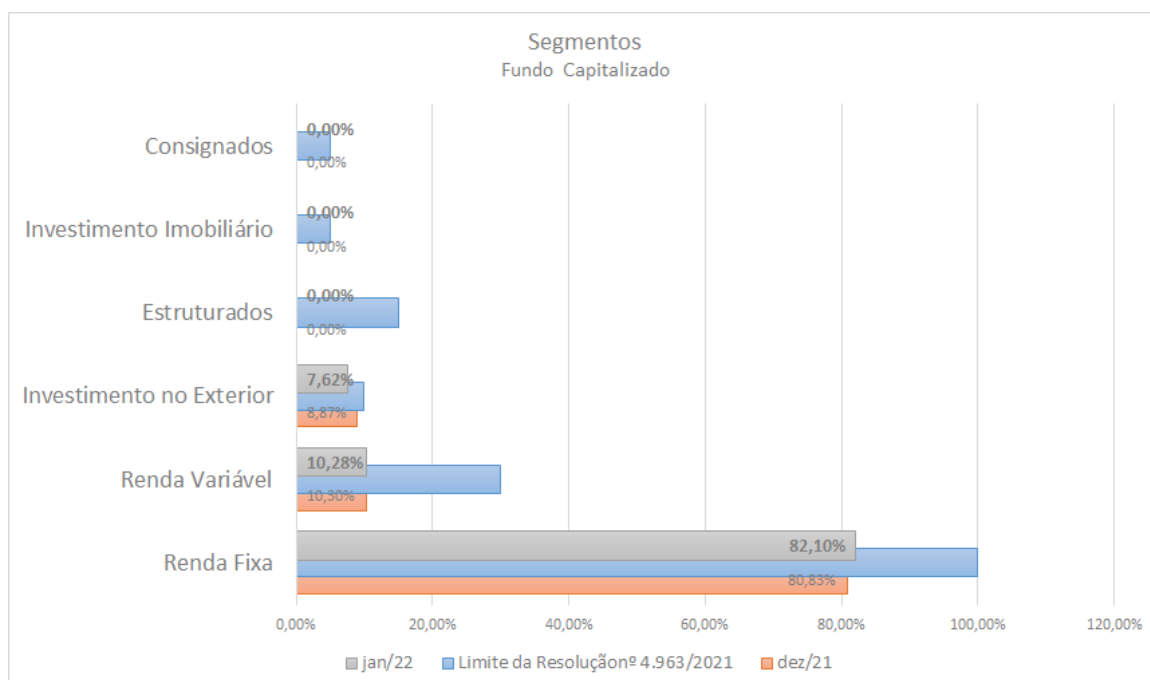


Gráfico 8: Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor com variação entre Dezembro e Janeiro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Apesar das variações entre os índices, o Fundo Capitalizado tem dinâmica diferente, pois há a arrecadação mensal.

Benchmark	Valor	%	Rendimentos
Alocação Dinâmica	R\$ 15.951.991,97	7,42%	R\$ 98.791,19
BDR	R\$ 8.957.964,01	4,66%	R\$ (986.130,96)
CDI	R\$ 28.037.117,77	11,16%	R\$ 254.313,58
Crédito Privado	R\$ 18.461.452,28	4,77%	R\$ 79.627,99
FIE	R\$ 8.244.886,49	4,21%	R\$ (751.606,07)
FII	R\$ -	0,00%	R\$ -
FIP	R\$ -	0,00%	R\$ -
IBOVESPA	R\$ 19.909.879,30	8,88%	R\$ 939.353,26
IBX	R\$ 1.769.318,90	0,77%	R\$ 129.463,86
IDIV	R\$ 1.512.617,04	0,65%	R\$ 122.496,34
IDKA-IPCA 2A	R\$ 75.777.307,93	35,47%	R\$ 11.145,95
IMAB	R\$ 22.994.282,18	10,76%	R\$ 17.649,01
IMA-B 5	R\$ 22.670.529,75	10,62%	R\$ (7.513,44)
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -
IPCA	R\$ -	0,00%	R\$ -
IRFM	R\$ -	0,00%	R\$ -
IRF-M1	R\$ 1.394.129,17	0,65%	R\$ 8.587,56
Multimercados	R\$ -	0,00%	R\$ -
SMALL	R\$ -	0,00%	R\$ -
Título Público	R\$ -	0,00%	R\$ -
	225.681.476,79		-R\$ 83.821,73

Tabela 7: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Haja vista tratar-se de Fundo Capitalizado com passivo de longo prazo, posicionam-se as alocações visando ao maior ganho e - consequentemente – maior risco. Porém, conforme salientado alhures, buscou-se por manter em fundos livres de risco durante o mês de janeiro, posto o quadro de alta volatilidade no mês.

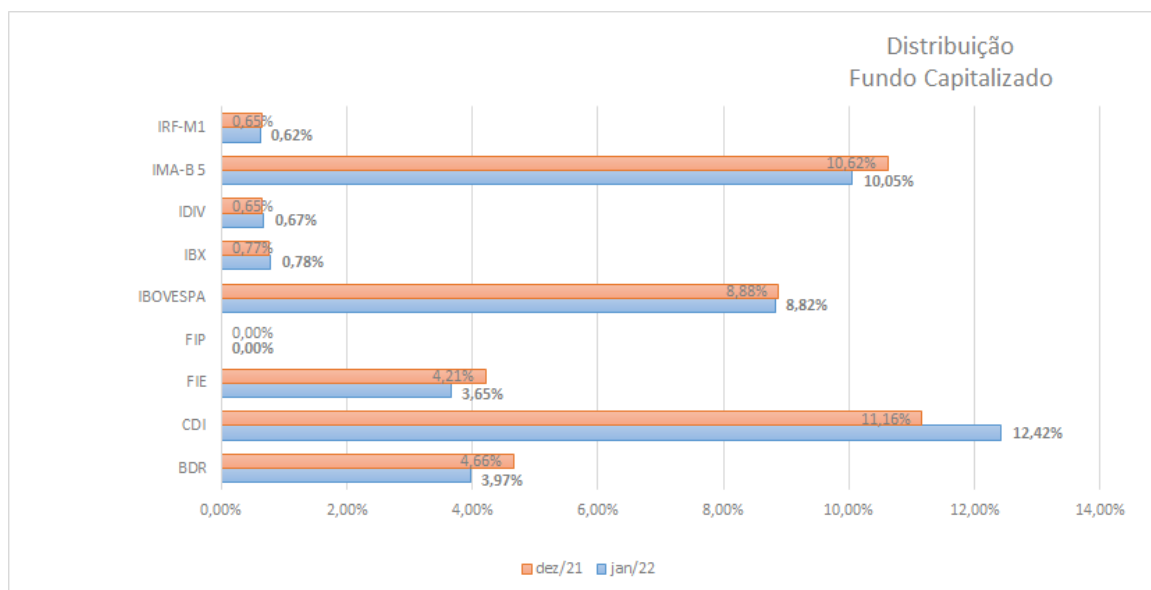


Gráfico 9: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre 2021 e 2022; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Conforme determinações do CIAR, em janeiro:

Determinação	Executado	Percentual
Realocação de IRFM1/DI/alloc. dinâmica para IMA-B5/IDKA 2a de até 8 milhões (3,75%);	R\$ 0,00	0%
Realocação de IRFM1/DI/alloc. dinâmica para Títulos Públicos Federais (NTN-B) de até 6 milhões (2,81%).	R\$ 0,00	0%

Realocação de IRFM1/DI/alloc. dinâmica de até R\$ 9 milhões para Fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, Dividendos, livre, valor ou Small caps, credenciados IPREV DF (4,21%).	R\$ 0,00	0%
---	----------	----

Tabela 8: Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para janeiro/2022;
Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Mesmo se tratando de fundo sem necessidade de maior liquidez, as alocações estão em fundo de investimentos com maior liquidez (até d+1). E, até o momento, nenhuma aplicação ilíquida.

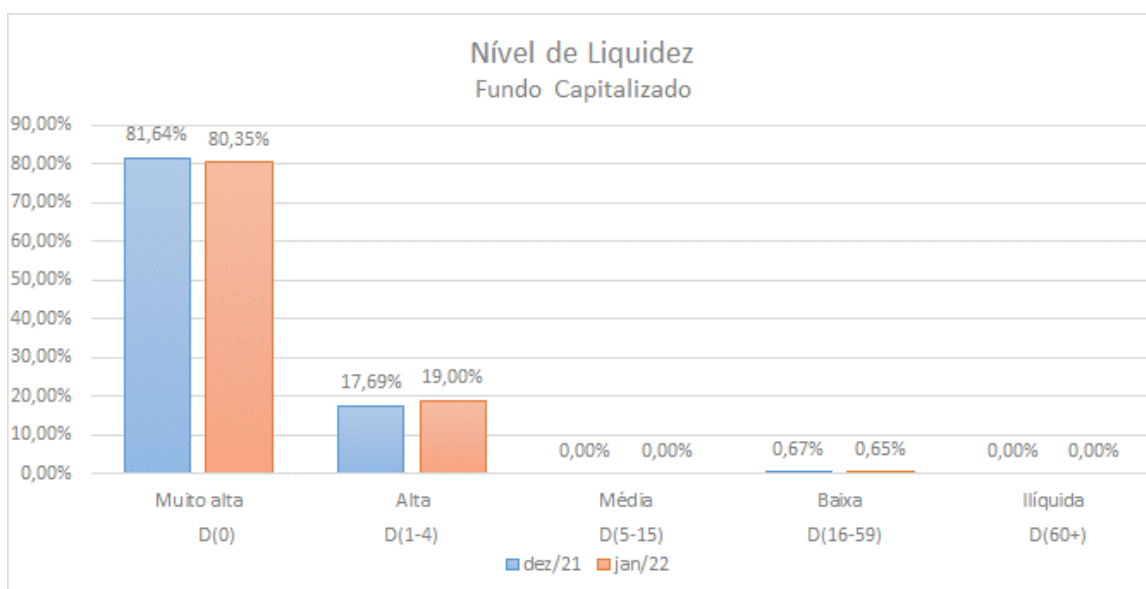


Gráfico 11: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre 2021 e 2022; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Para o Fundo Capitalizado, há meta de 0,76 % no mês e a rentabilidade da carteira foi de **-0,07%** durante o mês de janeiro, em consonância com as informações acima, houve a busca por proteção e menor volatilidade (movimento que permitiu perda menor em comparação ao FSG). A recuperação deste Fundo é notadamente menor posto a exposição na curva longa em Renda Fixa e exposição em renda variável, posto o perfil mais agressivo do próprio Fundo com passivo mais longo.

A seguir, a composição do FC por *benchmarks*:

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição 31/01/2022
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 279.850,07	R\$ 273.093,35
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 149.995,13	R\$ 9.151.731,97
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.186.772,10	R\$ 33.849.076,69
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.969,09	R\$ 40.787,28
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.983,96	
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 734.278,73	R\$ 22.976.633,17
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	-R\$ 65.135,39	R\$ 974.603,23
BB MM GLOBAL SELECT	R\$ 901.144,34	R\$ 4.901.144,34
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	-R\$ 1.603,02	R\$ 1.030.773,91
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 138.523,09	R\$ 2.415.290,28
BB MM NORDEA IE FI	R\$ 1.482,15	R\$ 57.224,60
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 56.933,01	R\$ 1.610.135,38
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	R\$ 350.149,34	R\$ 10.201.996,75
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-R\$ 26.871,48	R\$ 13.022.301,28
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R\$ 1.257.704,52	R\$ 41.917.085,29
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-R\$ 163.081,32	R\$ 1.390.120,70
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	R\$ 20.546,85	R\$ 781.319,60
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 155.967,17	R\$ 14.362.884,05

CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	-R\$ 45.685,81	R\$ 293.728,85
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 0,00	
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-R\$ 37.521,41	R\$ 453.174,30
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	-R\$ 1.000.886,68	R\$ 5.014.797,59
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	R\$ 14.860,32	R\$ 546.997,41
ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	R\$ 78.003,52	R\$ 1.800.125,59
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	-R\$ 1.329.118,08	R\$ 4.484.960,43
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 22,61	R\$ 10.865.911,06
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	R\$ 92.979,76	R\$ 413.654,70
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	R\$ 2.227.879,54	R\$ 9.530.440,27
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	-R\$ 1.169.688,73	R\$ 3.830.311,27
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R\$ 180.057,94	R\$ 1.680.057,94
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R\$ 178.440,90	R\$ 10.178.440,90
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	-R\$ 1.081.049,63	R\$ 3.918.950,37
CEF FI AÇÕES Brasil IBX-50	-R\$ 360.144,96	R\$ 1.639.855,04

Tabela 9: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado entre os Benchmarks acumulada; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Por tudo exposto, e considerando o cenário do mês, há a seguinte rentabilidade para o mês:

	Janeiro	Acumulado
Meta FSG (IPCA +1,06%)	0,0063	100,63%
Rent. Da Carteira - FSG	(0,0085)	99,15%
Meta FC (IPCA +2,6%)	0,0076	100,76%
Rent. Da Carteira - FC	(0,0007)	99,93%

Tabela 10: Detalhamento da rentabilidade em janeiro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

3. Principais Destaques dos Ativos Não Financeiros

A Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG), cujo principal papel institucional é o de rentabilização/monetização dos bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor (FSG) realizou as seguintes ações em **JANEIRO/2022**:

3.1 Imóveis

3.1.1 Setor de Garagens Oficiais (SGO)

O Processo SEI Nº **00413-00003821/2018-38** versa sobre minuta de Termo de Cessão de Uso, a ser celebrado entre o Fundo Solidário Garantidor vinculado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF (CEDENTE) e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CESSIONÁRIO), a título oneroso, cujo objeto consiste na cessão de uso de área pública, situado no Setor de Garagens e Oficinas, Quadra 4 AE, Lote 11, Brasília-DF - matrícula 11.175.

No mês de julho do presente ano a UFSG encaminhou o Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (66737731) recomendando que fosse realizado o ressarcimento referente à ocupação do imóvel em comento ocorrida no período compreendido entre a rescisão do Termo de Autorização de Uso junto ao Distrito Federal e a assinatura do Termo de Cessão de Uso com este Instituto. Diante do Despacho IPREV/DIRIN (68434460), o Ofício 393 (68618690) foi encaminhado em agosto pelo Instituto de Previdência. O processo está tramitando na Secretaria de Estado de Saúde.

O processo encontra-se na AJL/SES desde 30 de setembro de 2021 onde se questiona o seguinte assunto: "No caso em questão, o ato a ser celebrado seria um Termo de Cessão de Uso de imóvel ONEROSO ou contrato de locação de imóvel, observando o decreto Nº 33.788, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre os procedimentos para a locação de imóveis por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências e a Lei Nº 6.532, de 08 de abril de 2020, que dispõe sobre a cessão de uso de bens públicos imóveis do Distrito Federal e de suas entidades da administração indireta?"

Em 12 de janeiro de 2022, no Ofício Nº 22/2022 - IPREV/PRESI (77820399), foi reiterado os ofícios nº 795/2020 ([52643150](#)) e nº 393/2021 ([68618690](#)), bem como reforça-se que, caso seja do interesse dessa Secretaria de Estado de Saúde em permanecer utilizando o imóvel que abriga uma das bases de apoio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192-DF, o Fundo Solidário Garantidor - FSG e a Secretaria de Estado de Saúde deverão firmar o Termo de Autorização de Uso, cujo valor mensal será calculado com base no indicado na Ordem de Serviço vigente. Nesse sentido, consoante a Minuta do Termo de Autorização de Uso ([55821334](#)), estipulou-se pelo uso e ocupação da área, com base nos valores do ano de 2021, o valor mensal de R\$ 27.759,456 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e quatrocentos e cinquenta e seis centavos), em conformidade com a Ordem de Serviço nº 11, de 18 de janeiro de 2021, da Administração Regional do Plano Piloto. Este Instituto está no aguardo de um posicionamento da SES.

3.1.2 Limpeza, conservação e higienização

A partir do monitoramento *in loco* realizado pela UFSG em função de demandas pontuais, caso seja identificada necessidade de limpeza, poda de árvores, retirada de lixo, roçagem ou outros serviços importantes à segurança desses ou dos demais lotes, haverá provocação das respectivas Administrações Regionais e/ou demais órgãos e entidades públicos por parte da UFSG para tomar as devidas providências.

Vale destacar que, a DIRIN utiliza o contrato prestação de Serviços nº 03/2020 – IPREV/DF (**FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL – FUNAP/DF**), diante da necessidade premente de conservação dos imóveis e a importância de manutenção do patrimônio, em novembro foi realizada a limpeza interna e externa em alguns imóveis do FSG.

3.2 Participação Acionária no BRB

Cabe ressaltar que a participação societária no Banco de Brasília S.A. - BRB, é objeto da Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016. Conforme disposto no artigo 73-A, alínea “b” da Lei Complementar nº 932/2017.

Ainda nesse contexto acerca da participação acionária do IPREV/DF no BRB, a UFSG/DIRIN consultou o Banco do Brasil – Banco de Investimentos S/A (BB-BI), a propósito da estratégia para gestão desses ativos, a qual engloba um estudo semestral contendo avaliação do valor de mercado do BRB. Portanto em agosto de 2018 e em fevereiro de 2019, tais estudos, de caráter confidencial tiveram como base a análise de dados públicos disponíveis da instituição, além de projeções realizadas pelo próprio BB-BI. Ambos utilizaram o método de múltiplo de peers para avaliação de seu valor de mercado, sendo que os resultados apresentados na última versão avaliaram o conglomerado do BRB a uma faixa aproximada de preço de mercado entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,1 bilhões.

Convém ressaltar que a DIRIN visando o atendimento das exigências legais previstas no artigo 2º, § 7º da Lei nº 920/2017 informou sobre a necessidade de se realizar ações para contratação de empresa especializada em precificação de ativos financeiros no **Processo SEI nº 00413-00004518/2020-77**.

Vale esclarecer ainda que apesar do valor "em balcão" das ações do BRB que são atualizadas diariamente, por meio de cotação em Bolsa (B3), o estudo intentado do valor do banco deverá analisar, principalmente: as demonstrações financeiras do Banco e as projeções (Balanços patrimoniais, demonstrações de Resultado do exercício), premissas macroeconômicas, relatórios financeiros, fluxos de caixa descontados e identificação dos *Drivers* do banco (ou vetores de valor do Banco). Somente após esse estudo completo, será possível contrastar com o valor da cotação do Banco para solicitar a recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor.

Nessa perspectiva, após pesquisas realizadas pela Diretoria de Administração e Finanças deste Instituto, foi informado por meio do Despacho - IPREV/DIAFI/COAD/GECOV (57597190) de 10 de março de 2021 que não foi encontrado fornecedor para a pretensa aquisição.

3.3 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio das Estatais em que o DF for acionista

A criação do Fundo Solidário Garantidor – FSG foi uma das medidas implementadas pela Lei Complementar nº 932/2017 com o objetivo de atenuar o déficit financeiro e atuarial do atual Fundo Financeiro administrado pelo Iprev/DF e dar maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal de maneira geral.

Em virtude dessa consideração, salienta-se a alínea “f” do art. 73-A da Lei Complementar supramencionada: “*f) Os dividendos, as participações nos lucros e a remuneração decorrente de juros sobre capital próprio destinados ao Distrito Federal na condição de acionista de empresas públicas ou de sociedades de economia mista*”.

Neste sentido, deve-se dizer que a Diretoria de Investimentos, em seu fluxo de trabalho, busca contemplar nos últimos anos, o comando legal da LC nº 932/2017, que transfere ao Iprev/DF o direito em relação aos dividendos, as participações nos lucros e a remuneração decorrentes de JCP destinados ao Distrito Federal na condição de seu acionista, sendo, portanto, necessária a distribuição de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, percentual mínimo estabelecido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

3.4 Produto das Parcerias Público-Privadas do GDF

Sobre os projetos de PPPs e concessões no âmbito do GDF, além da já contratada em agosto/2018 (Contrato de Concessão Onerosa de Obra Pública do Centro de Convenções Ulysses Guimarães), para a qual se espera a transferência ao Instituto, em agosto/2019, da outorga anual de aproximadamente R\$ 2,8 milhões), a UFSG realizou reunião junto à Secretaria de Projetos Especiais (SEPE), que coordena as PPPs do GDF, em abril/2019, para noticiá-los acerca da existência de legislação que transfere ao FSG tais recursos.

Em 10 de julho de 2019 foi enviado Ofício à Secretaria de Turismo indagando sobre o pagamento da parcela em contraprestação à Outorga do direito de explorar a operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães relativo ao ano de 2019 (Processo SEI nº 00413-00003161/2019-76).


Por meio do Despacho SEI-GDF SETUR/SUIT, de 17 de julho de 2019, no que tange ao pagamento das parcelas em contraprestação à Outorga, foi informado que a Parcela Fixa, prevista na alínea "a" do aludido instrumento contratual, foi adimplida em 14 agosto de 2018. Quanto à previsão de pagamento das parcelas futuras, salientaram que iniciarão sua incidência **a partir do terceiro ano do Contrato**, conforme previsões expressas nas Cláusulas 76 e 78. Ou seja, a partir de **agosto de 2021**, considerando o valor mínimo anual de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

De acordo com o processo SEI Nº ([00020-00016125/2021-10](#)) no dia 14 de abril de 2021 foi aberto o processo judicial sobre a constitucionalidade das alíneas "c", "d", "e" e "f", do inciso III, do art. 73-A, da Lei Complementar 769/2008, acrescidas pela Lei Complementar 932/2017, que versam sobre questões atinentes à composição do Fundo Solidário Garantidor (FGS) do regime de previdência complementar do Distrito Federal.

Informamos que de acordo com o despacho PGDF([69861369](#)), o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios **deferiu a medida liminar, para suspender a eficácia das alíneas "c", "d", "e" e "f"** do inciso III do art. 73-A da LC 769/2008, conforme redação dada pelo inciso VI do art. 44 da LC 932/2017 até o julgamento de mérito da ação direta de inconstitucionalidade 0719668-12.2021.8.07.0000 ([69500294](#)). Neste sentido, em 2021 não foram repassados benefícios até o julgamento do mérito.

Posteriormente, a Unidade reiterou, por meio do processo SEI nº 00413-00004300/2018-06, a solicitação de informações sobre o andamento dos novos projetos à Secretaria de Projetos Especiais - SEPE. A SEPE, por sua vez, comprometeu-se em estabelecer uma parceria com o Instituto no sentido de comunicar sobre o andamento das PPPs, bem como participação do IPREV/DF nas discussões sobre o assunto. Ainda, de acordo com informações enviadas pela SEPE, não há previsão iminente de celebração de novos contratos, considerando a fase inicial de boa parte dos projetos.

Em abril de 2020, o Iprev/DF **solicitou a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento na Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos** (39380830). No mês de maio a Secretaria encaminhou o Ofício (39788062) com os dados solicitados.



Em janeiro de 2021 a Unidade participou de uma reunião técnica com membros da SEPE (55129575). No mês de fevereiro de 2021, o Instituto encaminhou o Ofício 75 (55382765) solicitando a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento nessa Secretaria. No dia 22 do mesmo mês, a Secretaria mencionada anteriormente, encaminhou em resposta o Ofício 95 (56438476) reportando os projetos em andamento, bem como a indicação da Secretaria finalística de cada um.

Por meio do Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (57176875), a Unidade informou que solicitou informações aos órgãos executores quanto aos processos e contratos das PPP's, através dos processos (00413-00000608/2021-70), (00413-00001104/2021-77) e (00413-00000624/2021-62).

Em abril de 2020, o Iprev/DF **solicitou a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento na Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (39380830)**. No mês de maio a Secretaria encaminhou o Ofício (39788062) com os dados solicitados.

Em janeiro de 2021 a Unidade participou de uma reunião técnica com membros da SEPE (55129575). No mês de fevereiro de 2021, o Instituto encaminhou o Ofício 75 (55382765) solicitando a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento nessa Secretaria. No dia 22 do mesmo mês, a Secretaria mencionada anteriormente, encaminhou em resposta o Ofício 95 (56438476) reportando os projetos em andamento, bem como a indicação da Secretaria finalística de cada um.

Por meio do Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (57176875), a Unidade informou que solicitou informações aos órgãos executores quanto aos processos e contratos das PPP's, através dos processos (00413-00000608/2021-70), (00413-00001104/2021-77) e (00413-00000624/2021-62).

3.6 Produto da Cessão de Direito de Superfície sobre Estacionamentos e Direito de Superfície sobre Áreas destinadas à Regularização Fundiária Urbana e Rural do DF e de suas Empresas Públicas

Acerca do direito aos recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores, previsto na alínea “c” do inciso III do art. 73-A da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, informa-se que este Instituto solicitou à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais (CACI) informações sobre a adoção de medidas com vistas a implantação do serviço de estacionamento de veículos automotores de passageiros ou cargas (Ofício SEI-GDF Nº 272/2019-IPREV/PRESI de 15 de abril de 2019 – processo nº 00413-00000233/2018-42). A CACI, por sua vez, redirecionou o processo para à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (SEMOB), que informou que manterá este Instituto informado das ações atinentes a implantação do serviço de estacionamento (Ofício SEI-GDF Nº 386/2019-SEMOB/GAB/ASTEC, de 28 de abril de 2019).

Em relação as medidas com vistas à implantação do serviço de estacionamento, verificou-se que a SEMOB publicou no DODF nº 82 de 03 de maio de 2019, p. 52, o edital de chamamento para procedimento de manifestação de interesse nº 2/2019, para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos para implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal, na modalidade de concessão comum.

Em 18 de junho de 2019, a SEMOB publicou no DODF nº 114, o Termo de Autorização para desenvolvimento de projetos, estudos, levantamentos ou investigações de viabilidade para implantação,

exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal, na modalidade de concessão comum, pelas seguintes empresas: I – SERBET – Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda; II – RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A; III – EXP – Explora Participações em Tecnologia e Soluções em Mobilidade Ltda; IV – QGMB Consultoria Ltda/ TI MOB Tecnologia e Soluções em Mobilidade Ltda; V – AREATEC – Tecnologia e Serviços Ltda; VI – HORA PARK – Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda; VII – BENVENUTO Engenharia S/S Ltda; VIII – ARIA Solução em Empreendimento Imobiliário Ltda/SA de Obra Y Serviços; IX – COPASA/MÓDULO BR Arquitetura Design e Construção Ltda – ME; X – BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda/Granpark Informática e Gestão de Estacionamento 145DF Ltda.

A cessão de direito sobre as áreas destinadas à regularidade fundiária foi tratada em reuniões técnicas ocorridas em 17 e 27 de junho de 2019 na DITEC/TERRACAP. Foi discutido com o Diretor-Técnico, Carlos Leal, sobre a melhor forma de operacionalizar tal cessão. Ficou estabelecido que a TERRACAP irá apresentar as áreas cuja destinação seja a de regularidade fundiária, para que o IPREV/DF possa posteriormente conversar com a área responsável no GDF. Assim a UFSG poderá melhor delimitar o escopo de atuação para estabelecer os procedimentos para a implementação da alínea “c” do inciso III do Artigo 73-A da Lei Complementar 932/2017.

No ano de 2021, a Unidade realizou reunião com SEMOB para solicitar informações sobre a situação da Zona Verde.

3.7 Demais Assuntos Relacionados a Direitos e Receitas do FSG

Registre-se que o **Processo SEI Nº 00020-00016125/2021-10** aborda consulta encaminhada pelo Consultor Jurídico Executivo à PGDF para avaliar a possibilidade de se questionar judicialmente a constitucionalidade das alíneas “c”, “d” e “f”, do inciso III, do art. 73-A, da Lei Complementar 769/2008, acrescidas pela Lei Complementar 932/2017, que versam sobre questões atinentes à composição do Fundo Solidário Garantidor (FGS) do regime de previdência complementar do Distrito Federal.

3.8 Entrada de Recursos no IPREV/DF Relativos ao Artigo 73-A da LC 932/2017

A tabela abaixo resume a entrada de recursos no IPREV/DF proveniente dos bens, direitos e ativos não financeiros garantidos pelo Art. 73-A da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, em **janeiro/2022**. Tais recursos podem ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro e do Fundo Capitalizado, conforme artigo 46 da referida Lei Complementar. Informo que a entrada de recursos em **janeiro** foi de R\$ 1.353,63 relativo à utilização de parte da área do terreno situado no SHIN – QL 13 Lote B – **Lago Norte** e de R\$ 12.570,00 relativo ao aluguel das 52 (cinquenta e duas) vagas de garagem por meio do Termo de Autorização de Uso Oneroso do **Hotel Bonaparte**.

Item	Receitas em 2022
Imóveis	13.923,63
Part. Acionária BRB	0,00
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	0,00
Outorga PPP GDF	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	0,00

Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00
Dívida Ativa	0,00
TOTAL -->>	13.923,63

*Tabela: Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG **janeiro/2022**; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.*

Por oportuno, cumpre destacar não só os ingressos de recursos, como, também, os recursos acumulados desde 2018 até o presente ano e, ainda, os recursos transferidos para o Fundo Financeiro, conforme política de investimentos, segundo quadro abaixo:

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	390.137,09	-	390.137,09
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	95.153.146,46	68.562.943,01	26.590.203,45
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.041.384.729,63	1.014.404.389,09	26.980.340,54

*Tabela: Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG **janeiro/2022**; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV*



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL (IPREV/DF)

Diretor-Presidente

Ney Ferraz Júnior	presidencia@iprev.df.gov.br	61 3105-3402
-------------------	-----------------------------	--------------

Diretor de Investimentos

Jefferson Nepomuceno Dutra	Jefferson.dutra@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
----------------------------	---------------------------------	--------------

Equipe da Diretoria de Investimentos

Mônica Dias da Costa	monica.costa@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
----------------------	------------------------------	--------------

Terezinha Martins Parreira	terezinha.parreira@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
----------------------------	------------------------------------	--------------

Leonardo de Almeida Marinho	leonardo.marinho@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
-----------------------------	----------------------------------	--------------

Renato Rezende Rodrigues	renato.rodrigues@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
--------------------------	----------------------------------	--------------

Ramon Estevão Cordeiro Lima	ramon.lima@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
-----------------------------	----------------------------	--------------

Lucas Fernandes de Azevedo	lucas.azevedo@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
----------------------------	-------------------------------	--------------

Bruno Alves Lima de Andrade	bruno.lima@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
-----------------------------	----------------------------	--------------

Edson Carlos Freitas Alves	edson.alves@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
----------------------------	-----------------------------	--------------

Lucyano Estevão Botelho Silva Segundo	lucyano.segundo@iprev.df.gov.br	61 3105-3423
---------------------------------------	---------------------------------	--------------

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL (IPREV/DF)

1. SCS Quadra 09, Torre B, 1º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate | CEP: 70.308-200 Brasília-DF | Fone: (61) 3105-3402 <http://www.iprev.df.gov.br> | E-mail: presidencia@iprev.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
DISTRITO FEDERAL

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

Parecer Técnico n.º 4/2022 - IPREV/CIAR

Parecer Técnico
Relatório de Janeiro/2022

I - Introdução

Tratará o presente parecer sobre o Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos referente a Janeiro/2022, contido no Processo n.º. 00413-00000921/2022-99, Documento n.º. 80664289.

Este instrumento dá cumprimento à solicitação do Manual do Pró-gestão RPPS, aprovada em 03 de abril de 2019, quanto ao acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos. Visando ao primeiro nível de certificação, em 2022, os relatórios mensais serão acompanhados assim que encaminhados.

A competência do CIAR está assentada no art. 9º da Portaria n.º. 37, de 06 de outubro de 2016, bem como a necessidade de acompanhamento e avaliação do desempenho dos investimentos já realizados.

II – Cenário Econômico

O cenário a ser considerando para acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos, para o fechamento do mês de janeiro de 2022, de acordo com Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos, é de grande desafio para as carteiras de investimentos nesse início de ano, diante de um mercado financeiro global que ainda sente os efeitos da crise da Covid-19, e nova postura de FED, Banco Central americano, sinalizando pela alta de juros, frente ao índice de inflação que apresenta pontuação acima da meta no período. Importante frisar que isso acarreta em ajustes nas precificações dos ativos do mercado financeiro americano, afetando a rentabilidade dos fundos no exterior, que no ano de 2021 apresentou ótimos rendimentos.

Ainda em janeiro de 2022, o resultado da bolsa brasileira foi ganhando forças, ocasionando em fechando do IBOVESPA com rentabilidade de 6,98% no mês, no qual a pontuação do índice que fechou o ano de 2021 em 104.822 pontos, atingindo no mês de janeiro de 2022 o patamar de 112.143 pontos, influenciando positivamente a performance da carteira.

Com relação a renda fixa, diante das conjunturas de inflação que pontuou 0,54% em janeiro de 2022, com acumulado de 10,38% a.a em 12 meses, a taxa SELIC meta, estabelecida pela reunião do COPOM, atingiu o patamar de 10,75% a.a. Dessa forma, os ativos de renda fixa passam a apresentar boas oportunidades de rendimento com baixo risco.

III – Rentabilidade e Risco

Fundo Financeiro

Este fundo é de repartição simples e não possui referencial de rentabilidade para 2022, sendo que seus recursos são, em geral, alocados em fundos de investimento de baixo risco e

elevada liquidez.

Contudo, considerando as aplicações realizadas, houve rentabilidade de R\$ 1.454.137,44 no mês. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, no semestre, houve impacto menor durante a crise.

Fundo Solidário Garantidor

A pesar do bom desempenho da bolsa de valores brasileira do primeiro mês do ano, a carteira de investimentos do FSG encerrou o mês de janeiro/2022 com rentabilidade levemente negativa, puxada principalmente pelo ajuste do mercado ao desempenho dos Fundos de Renda Variável com investimento no exterior.

Durante o mês, houve a diversificação do portfólio visando mitigar os riscos, com aplicações em Títulos Públicos Federais atrelados ao IPCA.

As posições de liquidez do FSG encontram-se com 53% em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta (resgate até 1 dia útil), enquanto os Fundos ilíquidos (resgate acima de 60 dias úteis) são de apenas 3%. Ainda, 27% da carteira concentra-se em fundos de alta liquidez (entre 2 e 5 dias úteis para resgate), e para a média liquidez (entre 5 e 15 dias), há 13% e baixa (16 e 60 dias) 4%.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2022 é de IPCA + 1,06% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos de 2022. Mesmo ocorrendo volatilidade na carteira, há maior concentração em renda fixa. No mês de janeiro, diante do cenário de aversão ao risco no mercado externo, visando a inflação global e possibilidade de retirada de estímulos monetários pelo FED americano, no acumulado, a carteira fechou com rentabilidade de -0,85% contra a meta de 0,63%.

Fundo Capitalizado

Por estar sujeito a mesma conjuntura econômica de ajuste do mercado ao desempenho dos Fundos de Renda Variável com investimento no exterior, a carteira de investimentos do FUNDO CAPITALIZADO encerrou o mês de janeiro/2022 com rentabilidade levemente negativa. Trata-se de fundo mais jovem, com dinâmica diferente, já que conta com arrecadação mensal. Contudo, com a recente mudança das relações risco retorno no mercado e com avanço das rentabilidades no segmento de renda fixa, buscou-se por diluir os recursos em fundos de investimentos de alta liquidez e livre de riscos em janeiro (principalmente CDI), conforme proposto pelo CIAR e em obediência à nova Resolução.

Ainda que o fundo não possui grandes necessidades de resgates, a fim de mitigar riscos dessa ordem, as alocações estão em fundo de investimentos com maior liquidez (até d+1) e , até o momento, nenhuma aplicação ilíquida.

O referencial de rentabilidade do CAPITALIZADO para 2022 é de IPCA + 2,6% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos de 2022. Mesmo ocorrendo volatilidade na carteira, há maior concentração em renda fixa. No mês de janeiro, diante do cenário desafiador com relação aos fundos no exterior, no acumulado, a carteira fechou com rentabilidade levemente negativa, com comparativo de -0,07% contra a meta de 0,76%.

IV – Ativos Não Financeiros

O Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos apresenta ações realizadas pela Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG/DIRIN/IPREV), as quais não são objeto de apreciação e deliberação pelo CIAR.

V – Conclusão

Diante da conjuntura econômica e condições desafiadoras dos fundos no exterior no primeiro mês do ano de 2022, este Comitê de Investimentos considera que tanto as medidas adotadas para redução de risco da carteira, quanto a busca por diversificação que manteve o portfólio com resultado compatível com o risco existente no cenário atual, apresentam aspectos positivos de gestão, com transparência das informações, de acordo com a política de investimentos de 2022, respeitando os limites da resolução CMN Nº 4.963/2021.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NEPOMUCENO DUTRA - Matr.0276463-6, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/04/2022, às 11:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr. 02749114, Diretor(a)-Presidente**, em 26/04/2022, às 13:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA - Matr.1668542-3, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/04/2022, às 13:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco-Suplente**, em 26/04/2022, às 15:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=83276990 código CRC= **72B69D5C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho Fiscal

Despacho - IPREV/CONFIS

Brasília-DF, 27 de abril de 2022.

Processo nº: 00413-00000921/2022-99

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Assunto: Relatório Anual de Investimentos e de Ativos Não Financeiros (Data-base: janeiro de 2022)

À Presidência,

Com fundamento na Resolução nº 01, de 1º de junho de 2015, que versa sobre o Regimento Interno deste Conselho Fiscal e em observância ao suscitado no Despacho - IPREV/PRESI (81429829), informo a **APROVAÇÃO do Relatório Anual de Investimentos e de Ativos Não Financeiros (Data-base: Janeiro/2022)** (80664289), bem como os documentos que o subsidiam, submetidos à análise na 40ª Reunião ordinária, realizada no dia 07/04/2022.

Atenciosamente,

JOMAR MENDES GASPARY
Conselho Fiscal - Iprev/DF
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **JOMAR MENDES GASPARY Matr.270781-0, Membro do Conselho Fiscal**, em 28/04/2022, às 14:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=85056567)
verificador= **85056567** código CRC= **6D3508CD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS quadra 9, torre B, 5º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

31053446

